



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDEAL
SISTEMA ELETRÔNICO JUDICIAL NA JUSTIÇA FEDERAL

Memória de Reunião		
Data	Horário	Local
27 e 28 de junho de 2012	10h	Sala de reunião da Corregedoria-Geral
Participantes		
Nome		Órgão
Eva Maria Ferreira Barros		SG-CJF
Misael Guerra Pessoa de Andrade		ASESP-CJF
Divailton Texeira Machado Amanda de Oliveira Gomes		CG-CJF
Viviane da Costa Leite Bortolini Rosana Neder Andrade		TNU-CJF
Jaqueline Mello		SDI-CJF
Wilson Nogueira de Aquino Junior Jones Cardoso de Melos Filho Marcelo Barreto Arruda		STI-CJF
Roberto Petruff Selma Araújo Yuri Oliveira A. Freitas Bárdia Tupy Vieira Fonseca Rosana Monori		TRF-1ª Região
George Gaio; Rui Santos		TRF-2ª Região
Douglas Cedro Wilson seixas de carvalho Filho Jader Carvalho Videira		TRF-3ª Região
Rogério Welter; Alexandre Antonini Cristian Ramos Prange Regaldo Amaral Milbradt		TRF-4ª Região
Telma Motta Fernanda Marques Montenegro Laureano L. Montarroyos Filho		TRF-5ª Região
Assuntos Tratados / Deliberações		
<p>A Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal Eva Maria Ferreira Barros iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida foram chamados os assuntos constantes da pauta.</p> <p>No primeiro dia de reunião (27/06/2012) foram tratados e acordados os seguintes pontos:</p>		

-Distribuição e leitura da ata de reunião ocorrida no dia 21/06/2012 no Tribunal Regional Federal da 5ª Região em Recife, que tratou acerca da discussão dos sistemas eletrônicos no âmbito da Justiça Federal e apresentação do Sistema Processual Judicial da 5ª Região – PJe. Após algumas sugestões de alterações, foi aprovada.

- foi apresentada pelo Sr. Rui Santos uma minuta de resolução que dispõe sobre a implantação do Sistema PJe na Justiça Federal de 1º e 2º graus.

-Existe um Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais (Processo CNJ nº 337.320), ficando acordado entre os participantes que este acordo será revisto para se adequar à nova posição deste Conselho frente ao PJe Nacional.

-Lembrando também que existe um Termo de Cooperação N.º 005/2011 que entre si celebram o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (processo CNJ 346.015).

Encerrando os trabalhos do primeiro dia, a Secretária-Geral convocou reunião para o dia seguinte à 9h.

Dando início ao segundo dia de reunião (28/06/2012), foi realizado um inventário dos sistemas atuais utilizados pelos órgãos da Justiça Federal. Os participantes identificaram os sistemas utilizados e algumas características básicas de cada um, conforme tabela abaixo:

Sistema	1º grau	2º grau	JEF	TRs	TNU
1ª Região	E-JUR (14 seções, exceto subseções – 3 classes processuais – ações monitórias, mandados de segurança e agravo de instrumento) Linguagem: Java, arquitetura: igual Pje Físico: Sistema processual de 1º grau (demais classes não constantes do E-Jur e o JEF) PJD-EF (3 varas de execução fiscal na	E-JUR (3 classes) Linguagem: Java Banco: oracle JURIS (físico e demais classes) Linguagem: Forms/Reports Banco: oracle	Desde 2004 JEF-virtual (todos os JEFs das seções, exceto subseções – Uberlândia já funciona) Linguagem: visual basic	JEF-virtual (atende a todas TRs) TRU JURIS	

	<p>SJDF – ASP) Banco de dados: oracle Integração: STJ, STF, MPF, AGU, PGFN, INSS (acordo de cooperação n. 58)</p>				
2ª Região	<p>APOLO (físico e digital em todas as classes e em todas as seções e subseções = 100% digital distribuição exceto criminal - físico) Linguagem: Delphi banco oracle (Acordo de cooperação n. 58)</p>	<p>SIAPRO (FÍSICO) Linguagem: própria (4GL) Banco: Ingres (em implantação do Pje) SIAPRO (módulo Inteiro teor)</p>	APOLO (todos)	<p>APOLO TRU APOLO</p>	
3ª Região	<p>Pje (16 varas – 29 processos – por assunto: previdenciária e cível - não obrigatório) Físicos: Mumps EFV – execução fiscal virtual foi descontinuado (maio/2011) para aguardar o desenvolvimento do módulo de execução Pje pela 3ª Região Integração: PGFN, MP</p>	<p>Físicos: SIAPRO + GEDPRO (2.000.000 de documentos - acompanhamento de documentos em tramitação – gera e imprime os documentos) Linguagem: Ingres/4gl/ASP Banco: Ingres/SQLserver</p>	<p>SIJEF (todas os JEFs – 2.000.600total) Linguagem: Delphi/Php Banco: oracle</p>	<p>SIJEF TRU SIJEF</p>	

4ª Região	<p>E-Proc (todas as classes e todo 1º grau) Linguagem: php Banco: Mysql GEDPRO (acompanhamento de documentos) Linguagem: dot net Banco: sqlserver SIAPRO (acompanhamento físicos em tramitação) Linguagem: 4gl Banco: Ingres Integração: AGU, MP, Fazenda Nacional, PF, INSS, Caixa, STJ, STF (acordo n 58) (utilizando o modelo nacional de interoperabilidade)</p>	<p>E-Proc (algumas classes ainda estão físicas)</p>	E-Proc	E-Proc TRU E-Proc	
5ª Região	<p>Físicos: Tebas Linguagem: Delphi Banco: oracle Eletrônico: Pje (toda a região e todas as classes, obrigatória para ações ordinárias e classes acessórias) Versão nacional: possui integração</p>	<p>Físico: Esparta Linguagem: Delphi Banco: oracle Eletrônico: Pje (todas as classes cíveis – criminal e execução fiscal CNJ está em elaboração) Precatório totalmente eletrônico</p>	<p>Creta (todos os JEFs) Linguagem: Java Banco: Postgre</p>	<p>Creta TRU Creta</p>	
CJF					<p>Virtus (físico e virtual) 2 ambientes: interno e externo (web) Integração TRs</p>

					e TRUs Linguagem: Delphi/php Banco: oracle Disponibilidade para utilização pelos órgãos externos
--	--	--	--	--	---

Em seguida, os técnicos do TRF da 5ª fizeram uma demonstração do PJe e responderam perguntas de todos os presentes acerca do funcionamento do sistema. O PJe exige que todos os usuários possuam certificação digital. Atualmente, no âmbito da 5ª Região, todos os usuários são cadastrados em seus respectivos estados e a base de dados do cadastro é atualizada de 2 em 2 horas.

Após a apresentação do PJe e resposta às perguntas e dúvidas dos presentes foram apresentadas pelos representantes de cada TRF as necessidades e demandas existentes para a implantação imediata do Sistema PJe, conforme demonstrado a seguir:

1ª Região:

- Os ambientes onde estão localizadas as infraestruturas de Tecnologia da Informação possuem em alguns casos deficiências de fornecimento de energia elétrica, o que dificulta a disponibilidade dos sistemas informatizados por não possuírem grupos geradores para suprirem a ausência de energia;
- Há uma enorme deficiência na capacidade dos links de comunicações de dados para garantir o funcionamento ideal dos sistemas;
- Há dificuldade de manutenção do Banco de Dados usado pelo PJe, visto que os profissionais do TRF são conhecedores do Banco de Dados Oracle;
- A necessidade de utilização da certificação digital exigida por todos os usuários, conforme exigido pelo PJe, irá dificultar a implantação;

2ª Região:

- Apresenta problemas com o fornecimento de energia elétrica;
- Apresenta deficiência de equipe para suporte ao Banco de Dados do PJe, mas está em processo de contratação;

3ª Região:

- Apresenta deficiência no fornecimento de energia elétrica;
- Deficiência nos links de comunicação de dados;
- Há dificuldade no suporte ao Banco de Dados utilizado pelo PJe, que está em fase de contratação;
- Necessidade de investimento para treinamento de servidores;

4ª Região:

- Problemas com o fornecimento de energia elétrica nas cidades do interior;

- deficiências nos links de comunicações de dados;
- impossibilidade do PJe funcionar em dispositivos móveis (tablet e smartfone), em razão da dificuldade de utilização da certificação digital nestes dispositivos;
- necessidade de aperfeiçoar a solução de armazenamento de documentos eletrônicos, com vistas a diminuir o impacto futuro com o aumento do volume de documentos;
- necessidade de investimento com treinamento;
- necessidade de aperfeiçoar no PJe os mecanismos de integração com os sistemas de órgãos externos como a AGU, PGFN e outros (web service);
- não existência no PJe da possibilidade de condução dos inquéritos da Polícia Federal dentro do próprio sistema, a exemplo do que já ocorre com o sistema atual da 4ª Região;

5ª Região:

- problemas com energia elétrica em alguns locais;
- Problema nos links de comunicação de dados;
- necessidade de se investir em segurança das informações do PJe;
- Necessidade de investimento em treinamento de usuários;
- deficiência do quadro de pessoal de TI;

Todas as Regiões necessitarão de investimentos em infraestrutura e para treinamento das equipes de implantação e sustentação do PJe.

Finalizando a reunião, foram decididos os seguintes encaminhamentos:

- 1) Reunião com o Conselho Nacional de Justiça para formalizar a inserção do Conselho da Justiça Federal como órgão centralizador do PJe no âmbito da Justiça Federal e definição da estratégia de implantação e participação no desenvolvimento do sistema com a liberação dos códigos fontes;
- 2) Assinatura de novo acordo de cooperação entre o CNJ e o CJF;
- 3) Conclusão da minuta de resolução a ser submetida ao CJF;
- 4) Elaboração de proposta de trabalho para implantação nacional do PJe – JF;
- 5) Consolidação de proposta de ampliação do quadro de servidores de TI para os órgãos da Justiça Federal;
- 6) Os representantes de TI irão readequar os Planos de Ação do AJD para implantação do PJe;
- 7) O representantes de TI irão detalhar os planos de ação para equacionar os problemas levantados para instalação imediata do PJe;
- 8) O CJF irá dar continuidade à contratação da Infovia (solução de comunicação de dados para a Justiça Federal), cujo processo está em fase de audiência pública, que irá possibilitar a ampliação da capacidade dos links de comunicação existentes;

A Dra. Eva questionou se havia algo mais a esclarecer. Nada mais havendo a Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal encerrou a reunião agradecendo a participação dos presentes.

Autenticação		
Responsável	Data	Assinatura
Amanda de Oliveira Gomes	27 e 28 de junho de 2012	